

“O homem que ganha seu penny”: o trabalhador independente enquanto síntese da ideologia social do reformismo liberal inglês nas décadas de 1830 e 1840

“The man who earns his penny”: the independent labourer as a synthesis of the social ideology of English liberal reformism in the 1830s and 1840s

Daniel Schneider Bastos*

Resumo: Durante as décadas de 1830 e 1840, diversas comissões reais de inquérito estiveram em atividade na Inglaterra para abordar questões sociais consideradas urgentes. O trabalho desses corpos investigativos serviu de base para orientar a resposta oficial do governo diante desses problemas, inclusive encaminhando reformas institucionais importantes. Os relatórios apresentados pelos comissários constituem documentos fundamentais para a compreensão do reformismo liberal que caracterizou o período. Este artigo discute alguns paradigmas centrais que atravessam o trabalho das comissões, referentes ao modelo de organização das relações de trabalho e das qualidades a serem assimiladas pela classe trabalhadora, utilizando como norteador o ideal do “trabalhador independente”, figura repetidamente evocada nos escritos do comissariado. Argumenta-se que a atuação dos comissários se deu na direção de fomentar o enraizamento de uma prática social adaptada à realidade de Revolução Industrial e *laissez-faire* econômico que estava se consolidando.

Palavras-chave: Revolução Industrial, liberalismo, história da Inglaterra.

Abstract: During the 1830s and 1840s, several royal commissions of inquiry were active in England to address social issues considered urgent. The work of these investigative bodies served as a basis for guiding the government’s official response to these problems, including forwarding important institutional reforms. The reports presented by the commissioners

* Doutor e mestre em História pela Universidade Federal Fluminense. Membro do Núcleo de Estudo e Pesquisa em História Econômica e Social (NEPHES). E-mail: danielbastos@id.uff.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3156-6336>.

constitute fundamental documents for understanding the liberal reformism that characterized the period. This article discusses some central paradigms that permeate the work of the commissions, referring to the model of organization of work relations and the qualities to be assimilated by the working class, using as a guide the ideal of the “independent worker”, a figure repeatedly evoked in the commissioner’s writings. It is argued that the commissioners’ actions were aimed at encouraging the rooting of a social practice adapted to the reality of the Industrial Revolution and economic *laissez-faire* that was consolidating.

Keywords: Industrial Revolution, Liberalism, History of England.

A FASE CLÁSSICA da Revolução Industrial britânica, entre fins do século XVIII até a década de 1840, ficou também conhecida na historiografia como “Era da Reforma” ou “do Melhoramento”. O fracasso do governo na condução da crise das Treze Colônias desencadeou impulsos reformistas na sociedade que, após recuarem momentaneamente diante do espírito nacionalista e reacionário que embalou as guerras contra a França, desaguaram na reforma eleitoral de 1832. Além de sua dimensão política, o reformismo foi perpassado por outros significados. Podemos destacar um sentido moral, relacionado ao Renascimento Evangélico¹ do século XVIII e que trazia o desejo de expiação dos vícios da vida pública e privada, e também um sentido institucional, voltado para a racionalização e aprimoramento de serviços e instituições.²

As décadas de 1830 e 1840 compreendem um momento de singular importância para as iniciativas reformistas. A reforma eleitoral de 1832, complementada pela reforma das corporações municipais³ em 1835, elevou a influência da classe média junto ao Parlamento e a força da burguesia nos governos locais. Dezenas de assentos parlamentares que até então representavam eleitorados de tamanho muito reduzido, em zonas politicamente controladas pela aristocracia, foram redistribuídos. Muitos desses assentos passaram a ser eleitos por populações urbanas em grandes cidades que ainda não gozavam de representação parlamentar. Além disso, foram impostos critérios mais padronizados e transparentes para as eleições de poderes locais, reduzindo a capacidade de antigos grupos

1 A expressão *Evangelical Revival* é usada na historiografia britânica para se referir ao ardor religioso de caráter evangélico que varreu as Ilhas Britânicas e as Treze Colônias nas décadas de 1730 e 1740. Caracterizou-se pelo sentimento transdenominacional de busca pela salvação, pela necessidade de “renascer” por meio da conversão pessoal e pelo incentivo à pregação. Na Inglaterra, esse movimento foi importante para que os círculos dissidentes voltassem a se expandir, após terem experimentado uma retração com a restauração da monarquia em 1660. Os impactos dessa retomada não ficaram restritos aos praticantes de religiões evangélicas. Muitos anglicanos passaram a defender experiências de culto mais próximas às práticas evangélicas, e o desejo de expiação e elevação dos padrões morais da nação trouxe consequências para a sociedade em sua totalidade.

2 Sobre os sentidos da ideia de “reforma”, cf. INNES, Joanna. ‘Reform’ in English public life: the fortunes of a word. In: BURNS, Arthur; INNES, Joanna (ed.). **Rethinking the Age of Reform: Britain 1780-1850**. 2ª reimpressão. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. p. 71-97.

3 Corporações municipais (*municipal corporations*) era o nome dado aos governos locais eleitos pelos habitantes de burgos que gozavam de Carta Régia reconhecendo seus direitos de autogestão, formando corpos equivalentes a prefeituras.

se auto-perpetuarem nessas funções por meio de mecanismos viciados. Um novo influxo de concepções liberais se fez sentir sobre o Estado.

Isso se deu em meio a uma conjuntura conturbada. A pobreza rural persistente, que implicava em gastos elevados com a Lei dos Pobres,⁴ resultou nos episódios de destruição de máquinas agrícolas e outras propriedades nos “Motins de Swing” de 1830. Os sindicatos, que recentemente haviam deixado a ilegalidade, eram temidos pela classe patronal, que os acusava de coagir violentamente os trabalhadores a aderirem às greves. Movimentos para que a extensão do sufrágio contemplasse as classes populares ganharam nova organização com a ascensão do cartismo enquanto movimento de massa a partir de 1838. Debates sociais se intensificaram a respeito dos resultados humanos da industrialização e da urbanização, com o decaimento dos padrões sanitários nos centros urbanos e questionamentos sobre as condições de trabalho. Esses eventos ocorriam em um período no qual os grupos dominantes olhavam com receio para as revoluções continentais, temerosos de ver algo parecido se passando na ilha.

É dentro dessa conjuntura que reformadores empreenderam esforços em série para readequar a relação entre Estado e sociedade. A reforma da Lei dos Pobres de 1834, a instituição gradual de uma nova legislação fabril, o sanitarismo da década de 1840, as tentativas de criar forças policiais civis profissionalizadas nos condados e burgos e a fundação de um sistema nacional de registro civil são exemplos que compuseram esse movimento. Uma outra manifestação do aumento do interesse pelos temas sociais foi a multiplicação de investigações sobre padrões de vida e trabalho da população britânica. Esse fenômeno manteve relações estreitas com o reformismo, sedento por inquéritos cujos resultados pudessem não somente orientar, mas também justificar, suas linhas de ação.

Não raro, esse tipo de trabalho era fruto de ação individual de homens que, independentemente de terem ou não seguido uma carreira pública, estavam convencidos de que tinham algo relevante a dizer sobre o quadro social. O governo, por sua vez, podia apelar para comitês parlamentares para essa tarefa, mas optou pelo uso crescente de comissões reais de inquérito no século XIX. Essas últimas eram indicadas pelo *Home Office*, que podia nomear quaisquer indivíduos que os ministros considerassem capacitados para a função.

Historiadores já se referiram ao segundo quarto do século XIX como uma “Era de Comissões” ou “de *Blue Books*”,⁵ destacando a multiplicação de relatórios dessas comissões

4 No final do reinado de Elizabeth, no ano de 1601, as mais de duas dúzias de estatutos promulgados ao longo da Dinastia Tudor referentes à pobreza e à vadiagem foram compilados em um código coeso, que passou a ser conhecido como Lei dos Pobres (*Poor Laws*). A legislação empoderava as paróquias a arrecadarem impostos locais e elegerem autoridades com a finalidade de prestar assistência aos pobres que demandavam socorro público, pelos quais os poderes paroquianos eram responsáveis.

5 BRIGGS, Asa. **The Age of Improvement, 1783-1867**. 2ª ed. New York: Routledge, 2014. p. 238. HILTON, Boyd. **A Mad, Bad and Dangerous People? England 1783-1846**. New York: Clarendon University Press, 2006. p. 602-604. *Blue Books* é a expressão pela qual eram conhecidos os relatórios de inquérito apresentados ao Parlamento, uma vez que recebiam encadernação azul.

e a grande atração que estes passaram a exercer na opinião pública. As comissões reais eram objeto de polêmica, representando corpos autônomos ao Parlamento, dotados com poderes cuja extensão era passível de debates jurídicos. Sua origem estava na prerrogativa real de se nomear agentes para levantamento de dados que interessavam ao reino. A escolha por valer-se desse recurso mais frequentemente passava pelo consenso, já bem estabelecido no início do século, de que os comissários estavam a serviço do governo, e não do monarca. Mas o fato também refletia a procura por nomes mais qualificados para conduzir inquéritos importantes, e que tivessem sua atuação razoavelmente blindada das disputas partidárias que atravessavam o Parlamento.⁶

Analisando a trajetória do conjunto de comissários nomeados para inquéritos referentes ao pauperismo, às relações de trabalho e ao sanitarismo nas décadas de 1830 e 1840, nos deparamos com origens relativamente diversificadas. Há uma grande representatividade de filhos da classe fundiária, sobretudo da *gentry*, mas dividem espaço com homens vindos de famílias de mercadores internacionais, profissionais e, em número mais reduzido, banqueiros, comerciantes menores, industrialistas e outras atividades. As ocupações dos comissários refletiam o processo de especialização e profissionalização vivenciado em diferentes campos. As carreiras tradicionais do direito e da medicina se sobressaem quantitativamente, mas há também toda uma gama de engenheiros, químicos, geólogos, paleontólogos, economistas e outras posições que estavam se afirmando enquanto saberes e atividades reconhecidos, além da presença de militares, membros do clero e homens de negócios. Alguns desses nomes eram *self-made men* que ascenderam socialmente pelo prestígio profissional ou por seus empreendimentos.⁷

Há debates na historiografia em torno da natureza do período reformista pós-1832 e de como as comissões reais se inserem nesse fenômeno. Em grande medida, as polêmicas são orientadas por uma perspectiva dualista. Correntes que interpretam a ação dos comissários como parte de iniciativas pragmáticas e, *ad hoc*, direcionadas a encontrar soluções segmentadas para problemas objetivos, opõem-se a posições consideradas “ideológicas”, que abordam de modo transversal as frentes reformistas, buscando os elementos que permitem identificá-las como parte de um projeto que atende às expectativas dos grupos que se fortalecem no decorrer da Revolução Industrial. Essa última posição é atacada por seus críticos como uma visão “conspiracionista”, uma simplificação que apaga as nuances de contextos distintos entre si, com o objetivo de enquadrá-los em uma trama orquestrada pela burguesia para impor sua própria ordem social.⁸

6 LOCKWOOD, Thomas J. A History of Royal Commissions. *Osgoode Hall Law Journal*, v. 5, n. 2, p. 172-209, out. 1967.

7 Conferir a prosopografia dos comissários reais atuantes nas décadas de 1830 e 1840 presente em BASTOS, Daniel Schneider. **Manifestos fabris: pauperismo, reforma sanitária e relações de trabalho pela ótica das comissões reais de inquérito britânicas, 1832-1850**. Tese (Doutorado em História) – Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2023. p. 99-161.

8 FRASER, Derek. **The Evolution of the British Welfare State: A History of Social Policy since the Industrial Revolution**. 2ª ed. London: MacMillan, 1984. p. xxii-xxx.

Este artigo procura demonstrar que o raciocínio acima parte de uma falsa dicotomia. Em outras palavras, reconhecer que há um pragmatismo inerente à ação das comissões reais, que reflete as especificidades e a materialidade das situações com as quais estas se deparam no exercício de sua função, não é um gesto incompatível com apontar a existência de pressupostos ideológicos que condicionam as narrativas produzidas nessa atuação, a partir dos quais é possível apontar para direções convergentes entre esses esforços.

Tomando como fontes primárias os relatórios conclusivos apresentados por comissões reais de inquérito nomeadas entre 1832 e 1844, referentes aos temas da Lei dos Pobres, da condição dos tecelões empobrecidos e o estado sanitário das cidades,⁹ conseguimos identificar elementos centrais de uma visão de mundo que norteava o reformismo liberal. Podemos traçar os fundamentos do ideal de sociedade que permeia o trabalho dos comissários a partir do modo como estes projetam suas expectativas sobre a classe trabalhadora, que aqui serão analisadas por meio da narrativa do “trabalhador independente”. Diferentes comissões se valeram da noção de “independência” como forma de delinear a postura apropriada a ser reproduzida pelas classes populares, de sorte que, ao destrincharmos os sentidos e contradições entranhados nessa concepção, obtemos referências preciosas para compreender uma “razão” para as reformas que não se restrinja aos seus objetivos mais imediatos. Sem desconsiderar a existência de linhas de ação e finalidades pensadas de forma pragmática em cada uma dessas frentes, é possível analisá-las dentro de um horizonte mais amplo, enquanto parte de uma agenda reformista definida a partir de posições ideológicas.

Conceber a existência de uma “agenda” ou “projeto” para o reformismo liberal, no qual as comissões reais de inquérito desempenham papel importante, não equivale a encarar esse fenômeno histórico como uma conspiração, executada de forma consciente e meticulosa por um conjunto de agentes. O que se advoga nestas páginas é que, no exercício de interpretar e apontar encaminhamentos para uma série de questões objetivas, os comissários o fizeram influenciados por ideologias que estabeleciam a tendência de que sua análise social seguisse determinada orientação.

Dois comentários precisam ser feitos a respeito desse último ponto. Primeiramente, a ideologia não se expressa, necessariamente, como um discurso autoconsciente, dado que seu enraizamento se dá em uma dimensão estrutural, perpassando as vivências em nível individual e coletivo, moldando as perspectivas conseqüentemente.¹⁰ Em segundo lugar, quando analisamos os acontecimentos como parte de um devir, somos capazes de

9 Aqui estão sendo consideradas as comissões nomeadas para inquirir sobre a Lei dos Pobres (1832 a 1834), o estado dos tecelões manuais em geral (1837 a 1841) e dos tecelões de meias de malha (1844 a 1845), o estado sanitário das cidades provincianas (1843 a 1848) e da metrópole londrina (1847 a 1850). O relatório de Edwin Chadwick, à época secretário da Comissão da Lei dos Pobres, sobre a saúde pública do reino (1842) e seu suplemento (1843) também foram incluídos nessa relação de documentos centrais para a análise constituída aqui.

10 WILLIAMS, Raymond. Base e superestrutura na teoria da cultura marxista. In: WILLIAMS, Raymond. **Cultura e materialismo**. São Paulo: Unesp, 2011. p. 53.

revesti-los de significados que talvez não estivessem explicitados para os atores que o experimentaram em primeira mão.¹¹ Certamente, muitos dos reformadores se enxergavam como parte da classe fundiária ou concebiam sua tarefa através das lentes de um moralismo que não julgavam estar ancorado em uma racionalidade econômica. Ainda assim, as comissões contribuíram para institucionalizar e naturalizar uma leitura da sociedade e do Estado mais interessante para os segmentos que ganharam força política e econômica junto com a Revolução Industrial.

O presente estudo sobre a ideologia reformista expressa pelas comissões reais, tendo como eixo de análise a imagem do trabalhador independente, se inicia pelo tema da reforma da Lei dos Pobres e o pauperismo. A contraposição entre as figuras do trabalhador independente e a do pobre assistido servem para estabelecer as bases da ética do trabalho pelo olhar do comissariado. Os significados dessa ética e suas implicações sobre o lugar do governo diante do mundo do trabalho são aprofundadas na sessão seguinte, centrada nas comissões dedicadas ao estado dos tecelões manuais. Finalmente, ao passar para a pauta sanitária, são discutidas algumas contradições próprias do discurso reformista, sobretudo aquelas relativas ao peso de fatores ambientais na formação das virtudes do trabalhador.

O trabalhador independente e a Nova Lei dos Pobres de 1834

A REFORMA DAS POLÍTICAS de assistência paroquial era tida como uma prioridade pelo governo *whig* no início da década de 1830. Gastos elevados com o pauperismo e a eclosão dos *Motins de Swing*, resultados de um contínuo cenário de pobreza rural que se arrastava desde fins do século XVIII, disseminaram entre os proprietários a impressão de que os trabalhadores agrícolas não estavam mais respondendo aos mecanismos usuais de deferência e controle social, levando-os a apoiar uma gestão mais severa da caridade pública.¹² Uma comissão, nomeada em 1832, ocupou-se de inquirir sobre a realidade administrativa da Lei dos Pobres em toda Inglaterra e País de Gales e de apontar os meios para aprimorá-la. Suas conclusões começaram a ser entregues ao Parlamento em 1833, sendo concluídas no ano seguinte.¹³

Os contornos do trabalhador independente são apresentados no relatório finalizado em 1834. Suas características se dão em contraponto às do pobre assistido, outra idealização cunhada pela comissão para ilustrar os valores que orientam seu parecer. A leitura

11 Conferir a argumentação sobre os processos de transformação social burguesa e o problema da “intencionalidade” em DAVIDSON, Neil. **How Revolutionary Were the Bourgeois Revolutions?** Chicago: Haymarket, 2012. p. 428-483.

12 BOYER, George. R. **An Economic History of the English Poor Law, 1750-1850.** New York: Cambridge University Press, 2006. p. 196-198.

13 GREAT BRITAIN. Poor Law Commission. **Report from His Majesty’s commissioners for inquiring into the administration and practical operation of the Poor Laws.** London: 1834.

do documento não tarda em revelar que a distinção feita entre ambos não se limita ao critério formal de estar ou não sob os cuidados paroquianos. Mais do que uma condição, o pauperismo revela-se um mal entranhado. Tradicionalmente, a vida do trabalhador desqualificado era pontuada por etapas nas quais o agravamento da situação econômica era comum, como o empobrecimento experimentado após o nascimento dos primeiros filhos ou durante a velhice, além de fatores mais circunstanciais como adoecimento, viuvez e orfandade. Essa condição era agravada pela estagnação dos salários agrícolas, um problema associado ao avanço dos cercamentos, ao declínio da manufatura doméstica rural e a uma agricultura que, tendo atingido os limites de sua produtividade, não conseguia absorver mais mão de obra em um país que passava por rápida expansão demográfica. Aos olhos dos comissários, esse quadro era menos determinante para as dimensões atingidas pelo pauperismo do que um problema moral. As virtudes do trabalhador independente, afinal, se sobressaíam mesmo quando sua renda se mostrava semelhante, ou mesmo inferior, à dos assistidos:

Na habitação do pobre assistido você encontrará uma tensa exibição de miséria e desgraça, e aqueles pequenos itens de mobiliário que podem pelo menor esforço imaginável mostrarem uma aparência de conforto são virados, como se intencionalmente, do lado mais feio ao avesso; as crianças são sujas, e aparentam não estar sob controle; as roupas de ambos pais e filhos, em nove casos de dez, são esfarrapadas, mas o são evidentemente pela falta da menor tentativa de fazê-las diferente [...]

Na habitação do homem trabalhador que não recebe auxílio paroquial, você encontrará (eu o fiz), mesmo nas mais pobres, uma aparência de conforto; as mobílias, poucas e humildes como podem ser, têm seu melhor lado à mostra, estão arrumadas com alguma ordem, e assim a mostrar a melhor aparência de que são capazes. As crianças aparentam estar sob controle parental; são enviadas à escola (se estiverem na idade); suas roupas estarão remendadas e cuidadas, de modo a fazê-las serem usadas tanto tempo quanto possível; há um senso de sentimento moral e dignidade moral facilmente discernível; eles compram tal comida e em tais estações e em tais quantidades que o mais austero aprovaria.¹⁴

Um círculo vicioso estava em andamento, no qual a suposta facilidade com a qual se obtinha abonos em dinheiro das autoridades paroquianas induzia à desmoralização da população trabalhadora, minando seu senso de independência. O apego à manter-se distante da ajuda da Lei dos Pobres, confiando o sustento de si e de sua família apenas ao próprio labor, estava atrelado às demais qualidades do bom trabalhador, como sobriedade, previdência, religiosidade, industriiosidade e deferência social. Ao abdicar do princípio de que sua sobrevivência dependia unicamente de seu trabalho, o indivíduo abria mão, por extensão, de sua dignidade, uma vez que colocava a perder aquele que era o fundamento sobre o qual estavam edificadas as faculdades positivas associadas à classe trabalhadora. Conforme colocou Isaac Willis, coletor de impostos da Lei dos Pobres em uma paróquia metropolitana,

14 Idem, p. 28-29, tradução livre.

ao testemunhar diante da comissão: “O homem que ganha seu *penny* é sempre um homem melhor em todos os sentidos do que o homem que o suplica.”¹⁵

Edwin Chadwick e Nassau Senior, os dois comissários que assumiram a redação do inquérito, não eram adeptos da teoria populacional malthusiana. Encaravam a miséria dos trabalhadores do campo não como o resultado de um desbalanço nacional entre o aumento demográfico e a capacidade da terra em prover os meios de subsistência, mas sim a uma concentração de mão de obra redundante em regiões e atividades de oferta inelástica de empregos, um mal potencializado pelo complemento de renda fornecido via Lei dos Pobres. Desde o início, a comissão atuou com a intenção de reformar o sistema paroquial, e não encaminhar sua abolição, como sugerido por Malthus.¹⁶

A estratégia desenhada no relatório, que originou a Nova Lei dos Pobres aprovada pelo Parlamento ainda em 1834, tinha como pilar a fundação de uniões paroquiais que, por obrigação, deveriam manter ao menos uma *workhouse*¹⁷ em funcionamento. Todo amparo concedido aos pobres pelo poder público deveria estar condicionado à internação voluntária nesses centros, projetados para proporcionar uma estadia o mais desagradável possível, por meio da imposição de rotinas controladas e tediosas, a utilização de uniformes, a separação dos familiares em alas distintas e outras formas de despersonalização. As usuais práticas de se fornecer pagamentos em dinheiro e outros tipos de auxílio em modalidades extramuros, isto é, fora de instituições desenhadas para internar os solicitantes, deveriam ser banidas.¹⁸

Essa lógica era denominada “menor elegibilidade” (*less eligibility*), na qual se estabelece que o socorro aos assistidos deveria colocá-los em uma condição pior do que aquela obtida ao se empregar nas funções mais mal remuneradas do mercado de trabalho. Esperava-se, assim, que somente os verdadeiramente desesperados iriam continuar a buscar o amparo dos paroquianos, esvaziando as fileiras do pauperismo de uma maioria aproveitadora.¹⁹ Um plano de ação com essa natureza partia de um entendimento fortemente moral da pobreza. Segundo os comissários, os exemplos observados em paróquias que já mantinham toda a ajuda da Lei dos Pobres centrada nas *workhouses* haviam demonstrado que as alegações sobre falta de emprego eram exageradas. Ao se depararem com termos mais restritivos e severos para serem acolhidos, os pobres daquelas localidades rapidamente arrumavam alguma ocupação,

15 Idem, p. 51, tradução livre.

16 LEWIS, R. A. **Edwin Chadwick and the public health movement, 1832-1854**. Tese (PhD) – University of Birmingham, Birmingham, 1949. p. 30-32. Para uma visão mais profunda das divergências intelectuais entre Senior e Malthus, cf. SENIOR, Nassau William. **Two Lectures on Population**, delivered before the University of Oxford, in eastern term, 1828. London: 1831.

17 Edificações desenhadas para prover emprego e abrigo àqueles incapazes de se manterem financeiramente sozinhos. Diversos esforços movidos por iniciativa pública ou privada buscaram promover esse tipo de instituição entre os séculos XVI e XVIII, mas o apogeu do uso das *workhouses* deu-se na Era Vitoriana, quando representaram uma das bases da estratégia pública de socorro à pobreza.

18 GREAT BRITAIN. Poor Law Commission. **Report from His Majesty’s commissioners for inquiring into the administration and practical operation of the Poor Laws**. London: 1834, p. 152-156.

19 Idem, p. 127.

revelando que, mais do que uma questão estrutural, o problema passava pelo decaimento de valores entre a população trabalhadora.²⁰

O individualismo dessa leitura social estava imbuído das cores da economia política, mas também trazia muito da perspectiva do renascimento evangélico, cuja influência foi transversal às diferentes denominações religiosas, inclusive o anglicanismo. Boyd Hilton chamou a Era da Reforma de “Era de Expição”, uma maneira de pôr em destaque esse sentimento e seu impacto sobre a formação da subjetividade britânica no século XIX. Junto ao liberalismo econômico, o evangelismo aticava o ideal de encarar a vida como uma provação. Cabia a cada pessoa o manejo das virtudes que levariam à sua salvação, atravessando com resignação, temperança e esforço próprio os percalços de uma existência regida por leis impessoais de mercado, um critério justo e universal que, tanto do ponto de vista espiritual quanto material, recompensava a conduta sóbria e obstinada e punia o vício e a preguiça. Em uma época na qual revoluções, guerras e transformações pareciam subverter o ordenamento natural do mundo, o anseio por expiar as almas aparecia como resposta diante do mal-estar e estranhamento provocado pelo presente.²¹

Explicar a experiência social da Revolução Industrial por lentes culturalistas, nas quais o senso de individualidade determinado pelo evangelismo se converte na força motriz de todo um processo de mudança das relações de produção, é uma posição passível de críticas.²² Isso não nos impede de reconhecer que a concepção acima descrita é de grande importância na compreensão do viés moralista presente no reformismo. A linguagem da “autoajuda” é uma presença incontestável nos relatórios das comissões. A consagração dessa expressão se deu com a publicação de *Self-Help* pelo escocês Samuel Smiles em 1859.²³ Embora o autor tenha sido um entusiasta do cartismo e crítico do livre-mercado em áreas como saúde e educação, sua obra foi um expoente do discurso que colocava a sorte econômica sob a responsabilidade moral do indivíduo, de modo que o termo autoajuda veio a se popularizar na historiografia como uma maneira de denominar todo um leque de valores preciosos para o vitorianismo.

Conforme David Filtness, as expectativas por parte dos reformadores em uma autoajuda “positiva” como solução para a pobreza foram se esvaziando no decorrer das primeiras décadas do século XIX. A adesão a bancos de poupança ou sociedades de ajuda mútua era celebrada como um indicativo de bom caráter, ainda que se fizessem ressalvas no caso das últimas, mas consolidou-se a impressão de que essas eram atitudes praticadas por quem já apresentava o perfil do trabalhador independente. O mesmo era dito sobre os

20 Idem, p. 199-203.

21 HILTON, Boyd. **The Age of Atonement: the influence of evangelicalism on social and economic thought, 1795-1865.** Oxford: Clarendon, 1988, passim.

22 Sobre as críticas à abordagem culturalista, cf. BASTOS, Daniel Schneider. **Manifestos fabris: pauperismo, reforma sanitária e relações de trabalho pela ótica das comissões reais de inquérito britânicas, 1832-1850.** Tese (Doutorado em História) – Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2023. p. 39-56.

23 SMILES, Samuel. **Self-Help; with illustrations of character and conduct.** London: 1859.

sistemas de pequenos lotes e outras formas de acesso à terra para empregados agrícolas. Considerava-se que essas práticas eram benéficas para a conduta dos trabalhadores, mas incidiam sobre aqueles que possuíam o hábito de poupar e que não procuravam a Lei dos Pobres em primeiro lugar. Não era sensato, portanto, acreditar que o incentivo a esse tipo de ação seria uma resposta para o pauperismo.²⁴

O relatório de 1834 foi obra de reformadores convencidos de que o espírito de autoajuda dos pobres só poderia ser incitado por meio da pressão exercida pela ameaça da miséria, que não mais encontraria na lei um atenuante sedutor. Era preciso expurgar da mentalidade social qualquer noção referente a um direito à subsistência, assegurado pelo poder público, que pudesse prover uma alternativa confortável ao trabalho duro, nos termos ditado pelo livre-mercado:

Eles [os pobres assistidos], assim como os trabalhadores independentes, aos quais o termo pobre [poor] é igualmente aplicável, são instruídos (...) que eles possuem um direito à 'subsistência razoável', ou 'uma subsistência justa', ou 'uma subsistência adequada'. Quando perguntei aos distribuidores de impostos o que 'justo,' ou 'razoável,' ou 'adequado,' significa, eu em toda instância fui respondido diferentemente; alguns declarando pensar significar aquilo que iria dar um bom abono de 'carne todos os dias,' o qual nenhum homem pobre (quer dizer, um pobre assistido) deveria não ter; ainda que uma grande proporção dos contribuintes não o tenha.²⁵

Gertrude Himmelfarb colocou a “despauperização” como razão que inspirou os comissários na reforma da Lei dos Pobres. Trata-se de um termo utilizado uma vez no relatório da comissão para se referir aos efeitos desejáveis que as *workhouses* promoviam sobre a moral da população, recuperando o sentimento de independência e, conseqüentemente, aliviando o bolso dos contribuintes com a redução da demanda pela assistência paroquial.²⁶ Com essa expressão, a autora busca enfatizar o elemento moralizante da linguagem da comissão, apresentando-o como uma finalidade em si. É sugerido que a combinação entre retórica moral e atitude pragmática era usada para justificar processos de intervenção e centralização institucional estranhos à tradição britânica, de sorte que esse processo não deve ser concebido dentro de uma agenda liberal com um fundo econômico.²⁷

Há dois problemas nessa interpretação. O primeiro é compreender que o caminho apontado pela comissão real de inquérito, que passava por profissionalizar e centralizar as diretrizes da gestão do pauperismo é, necessariamente, contrário à uma ordem de *laissez-faire*. Apenas se revestirmos o liberalismo com a fantasia de uma auto-organização

24 FILTNESS, David. **Poverty, saving banks and the development of self-help, c. 1775-1834**. Tese (PhD) – Cambridge: University of Cambridge, 2013, passim.

25 GREAT BRITAIN. Poor Law Commission. **Report from His Majesty's commissioners for inquiring into the administration and practical operation of the Poor Laws**. London: 1834, p. 28-29, tradução livre, colchetes adicionados por mim.

26 HIMMELFARB, Gertrude. **The Idea of Poverty - England in the early industrial age**. New York: Vintage Books, 1985. p. 163-167.

27 **Report from His Majesty's commissioners for inquiring into the administration and practical operation of the Poor Laws**. London: 1834, p. 132.

espontânea, essa lógica mantém sentido. Enquanto ordem social a ser sistematizada e incorporada pelos sujeitos e grupos, não é possível conceber uma ordenação liberal da sociedade que não disponha de seus próprios mecanismos coercitivos, bem como de dispositivos interventores capazes de contrabalançar, em alguma medida, os efeitos socialmente mais disruptivos de sua reprodução.

A segunda questão está relacionada a um entendimento demasiado estreito do “econômico”. Ao considerarmos que para se caracterizar um projeto como “liberal” é necessário que o mesmo tenha sido concebido, por seus executores, em uma linguagem estritamente capitalista, desvinculada de signos morais e religiosos e conscientemente articulada com uma finalidade econômica explícita, teremos dificuldades para reconhecer uma razão econômica nas transformações sociais do século XIX. Não deveria causar surpresa o fato que o enraizamento do capitalismo industrial tenha se dado por meio da ação de pessoas cuja retórica esteve imbuída dos traços de seu próprio tempo.

Se a análise feita por Karl Polanyi sobre a introdução da Nova Lei dos Pobres²⁸ é suscetível a críticas do ponto de vista historiográfico,²⁹ devemos atribuir ao autor o mérito de conseguir, pela abstração, apontar para o elemento econômico próprio a esse movimento, distinto de fenômenos sociais precedentes pela crueza da lógica de mercado que se insere dentro do argumento político e moral dos reformadores. Desprezar a existência dessa particularidade por considerar que a mentalidade capitalista não se expressava de maneira “pura”, isolada de aspectos culturais, equivale a cair naquilo que Michele Cangiani, ao defender o conceito de desenraizamento econômico de Polanyi, denominou como “falácia da economia sempre enraizada”, na qual se ignora o grau de abstração necessário para distinguir as rupturas históricas que o capitalismo industrial introduziu no modo de conceber o funcionamento social.³⁰

É incoerente, além do mais, supor que o discurso moralista que embalava o ideal do trabalhador independente não pudesse distinguir a centralidade do elemento capitalista em sua visão de mundo. O tratamento dispensado pelos comissários à situação dos tecelões oferece uma ponte privilegiada para explorar esse tópico.

A autorregulação do mercado de trabalho a partir do caso dos tecelões

AO LADO DA EXPLORAÇÃO de crianças e adolescentes, o empobrecimento dos tecelões manuais esteve entre os assuntos referentes ao mundo do trabalho que geraram maior comoção na opinião pública durante a Revolução Industrial. Um dia associada à prosperidade da indústria rural, a tecelagem doméstica se converteu, com a rápida disseminação

28 POLANYI, Karl. **A grande transformação**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

29 Conferir a crítica apresentada por BOYER, George R. **An Economic History of the English Poor Law, 1750-1850**. New York: Cambridge University Press, 2006. p. 71-75.

30 CANGIANI, Michele. Karl Polanyi's Institutional Theory: Market Society and Its “Disembedded” Economy. **Journal of Economics Issues**, v. XLV, n. 1, p. 177-197, mar. 2011. p. 194.

dos teares automáticos a partir da década de 1820, em uma ocupação tida como último refúgio para os desesperados. Os rendimentos da categoria haviam despencado diante da competição cada vez mais acirrada com a tecelagem fabril. O comitê parlamentar nomeado para investigar a situação dos tecelões em 1835 concluiu que, entre 1797 e 1834, o salário do homem adulto caíra de 26 *shillings* e 8 *pences* semanais para 5 *shillings* e 6 *pences*.³¹ Nenhuma outra atividade parecia encarnar de maneira tão vívida a narrativa de que a classe trabalhadora estava em decadência moral. Em um intervalo de algumas décadas, a figura virtuosa do pequeno tecelão, idealizada em memórias romantizadas do mundo pré-industrial, havia dado lugar a uma massa de homens maltrapilhos e que, segundo observadores de classes mais abastadas, estavam deixando de frequentar os cultos religiosos e passando a aplaudir radicais e ateístas.³²

O ingresso de alguns representantes do radicalismo popular no Parlamento após a reforma eleitoral de 1832 abriu brecha para que o comitê dedicado aos tecelões fosse dominado por uma minoria de parlamentares radicalizados. Suas conclusões eram favoráveis à fixação de valores mínimos pagos por peça na tecelagem. Críticas foram tecidas à opção do governo por uma carga tributária regressiva, que incidia pesadamente sobre o consumo enquanto preservava a propriedade e o capital, bem como a manutenção de uma política de restrição da emissão monetária com fins deflacionários.³³ Todas essas opiniões contrariavam a maioria *whig* na situação. A deflagração de uma crise no setor manufatureiro em 1837 abriu pretexto para que uma comissão real, alegadamente menos partidária, fosse instituída para conduzir novo inquérito sobre o estado da tecelagem doméstica no reino. O relatório final foi apresentado pelos comissários em 1841.³⁴

Contrastando com o parecer do comitê parlamentar, o comissariado tinha por princípio a não intervenção sobre os salários, desacreditando qualquer possibilidade de elevá-los de maneira sustentável por regulações consideradas artificiais. Com exceção de algumas recomendações pontuais, consideravam que havia pouco a ser feito, por parte do governo, para atenuar um quadro de pobreza que era determinado pelo desequilíbrio entre oferta e demanda de mão de obra no setor, que sofria com a facilidade com a qual trabalhadores sem qualificação conseguiam ingressar. A única resposta efetiva seria providenciada pela autorregulação do mercado, na medida em que os tecelões fossem gradualmente abandonando a ocupação na busca por melhores oportunidades em funções mais bem remuneradas:

Resta, portanto, apenas um modo pelo qual o número de tecelões manuais pode ser proporcionalizado à demanda por seu trabalho: e é este, o grande meio para se recorrer em cada ramo em decréscimo ou mesmo

31 GREAT BRITAIN. **Report from Select Committee on Hand-Loom Weavers' Petitions**; with the minutes of evidence, and index. London: 1835, p. xiii.

32 *Idem*, p. iv-vi.

33 *Idem*, *passim*.

34 GREAT BRITAIN. Hand-Loom Weavers Commission. **Hand-loom weavers**. Report of the Commissioners. London: 1841.

estacionário, a saber, a conduta dos próprios tecelões. Na sua presteza e inteligência em procurar outros empregos para si e para suas famílias, e em perseguir esses empregos quando encontrados; na abnegação dos casados em colocar seus filhos em ocupações menos imediatamente produtivas do que o tear e seus negócios subsidiários; e dos solteiros em abster-se de incorrer na responsabilidade de uma família, quando seus próprios salários são apenas equivalentes ao seu próprio sustento - em sua conduta, nestes aspectos, devem subordinar principalmente a proporção dos seus números à demanda pelo seu trabalho, e, na medida em que se submete a essa proporção, o melhoramento ou maior depressão de sua condição.³⁵

A passagem expande nossa percepção sobre as qualidades esperadas para o trabalhador independente. Mais do que dedicar-se à labuta, era igualmente importante que o indivíduo reconhecesse a inutilidade de se debater contra leis econômicas autorreguladas. No que tange ao mundo do trabalho, não deveriam esperar das autoridades nada além da intervenção contra práticas consideradas flagrantemente abusivas dos empregadores. Não competia ao governo regular salários em uma relação firmada entre patrão e empregado, tidos como dois agentes livres que estabeleceram voluntariamente um contrato entre si. Uma das justificativas encontradas pelas comissões ocupadas com o trabalho infantil para impor restrições ao emprego de crianças passava exatamente por alegar que as mesmas não possuíam autonomia em relação aos pais, inclusive no que diz respeito ao uso de seu salário. Consequentemente, não estavam aptas a firmarem acordos válidos.³⁶ Para os adultos, em contrapartida, era esperado que arcassem com as condições de trabalho às quais haviam livremente aceitado se submeter.

O senso de moralidade do bom trabalhador passava pela incorporação dos fundamentos liberais da economia política. Nenhuma greve ou pressão por intervenção legislativa poderia reverter a sorte de um ramo decadente, cabendo ao próprio tecelão a prudência de não confiar em sindicatos ou demagogos e sair à procura de outra ocupação na qual os termos de oferta e demanda fossem mais favoráveis ao valor da sua mão de obra. Sua independência se dava também no sentido de manter-se afastado de atores radicais, incapazes de perceber que a elevação dos salários acima da realidade de mercado iria arruinar as manufaturas britânicas pela perda de competitividade internacional e esmagamento das margens de lucro. Novamente, é atribuída ao indivíduo a responsabilidade sobre sua sina.³⁷

Há, contudo, situações nas quais a independência do trabalhador deixa de se mostrar uma virtude e passa a ser encarada pelos comissários como algo preocupante. O trabalhador independente, é necessário frisar, existe dentro do contexto de uma relação

35 *Idem*, p. 120.

36 GREAT BRITAIN. **First Report of the Central Board of His Majesty's Commissioners appointed to collect Information in the Manufacturing Districts, as to the Employment of Children in Factories, and as to the Propriety and Means of Curtailing the Hours of their Labour:** with minutes of evidence, and reports by the district commissioners. London: 1833, p. 52, tradução livre.

37 GREAT BRITAIN. Hand-Loom Weavers Commission. **Hand-loom weavers.** Report of the Commissioners. London: 1841, p. 32-36 e 113-117, tradução livre.

específica, demarcada pela presença do vínculo assalariado. Uma vez que esteja fora dessa condição, mesmo que provando-se resoluto em não recorrer ao socorro da paróquia, o apego à independência é encarado com olhares condenatórios, sendo considerado, inclusive, uma das explicações para a oferta de trabalho redundante na tecelagem. Nas palavras de um dos integrantes da comissão real, o tear manual continuava a exercer tamanha sedução porque:

Gratifica aquele amor inato por independência que todos mais ou menos sentem, ao deixar o trabalhador como único dono de seu próprio tempo, e o único guia de suas ações. Ele pode se divertir ou ficar ocioso, conforme sentimento ou inclinação o conduzem; acordar cedo ou tarde; dedicar-se assiduamente, ou descuidadamente, conforme seu agrado; e trabalhar até qualquer hora, com maior empenho, horas anteriormente sacrificadas à indulgência ou recreação. Além da necessidade imposta sobre ele de render uma dada quantidade de trabalho para produzir uma dada quantidade de rendimentos, ele tem pouco, se algum, controle. Na proporção em que ele está disposto a sacrificar o primeiro, ele pode dispensar o segundo, e a ociosidade segue sem punição, além das restrições ao prazer derivadas de estar sem remuneração.³⁸

Análises que situam o ideal de autoajuda e sua influência sobre o reformismo em uma esfera não econômica parecem perder de vista que, para os reformadores, essa conduta respeitável pressupõe a existência de relações de trabalho organizadas de modo definido. Se a sociedade de *laissez-faire* era o palco no qual cada um deveria edificar seu próprio caminho rumo à expiação, encarando de bom grado as provações impostas pelo livre-mercado, o fato é que, para a classe trabalhadora, essa performance tinha seu ritmo ditado pela posição de assalariado. Na ausência da submissão a um empregador, a independência produziria tão somente desregramento. As qualidades morais esperadas do trabalhador não podiam ser descontextualizadas dessa base econômica, substrato sem o qual os resultados positivos da autoajuda não poderiam aflorar. Em outras palavras, o trabalhador independente não existe por si, apenas em relação com seu empregador.

A preocupação com valores de sobriedade, devoção religiosa e uso parcimonioso do dinheiro nunca foi, simplesmente, um conjunto de valores impostos verticalmente pelas classes médias sobre os trabalhadores. Edward P. Thompson, em seus estudos sobre a formação cultural da classe operária, não negou as interseções entre o radicalismo popular e a moral puritana, mas diferenciava como, entre os trabalhadores organizados, essa retórica se direcionava para a salvação de sua classe, enquanto vertentes vozes liberais se concentravam na salvação individual.³⁹ A partir da segunda metade da década de 1970, se multiplicaram os trabalhos criticando o argumento de Thompson,⁴⁰ sugerindo

38 Idem, p. 38.

39 THOMPSON, Edward P. **The Making of the English Working Class**. New York: Vintage Books, 1966. p. 741-743.

40 Sobre essa bibliografia, que engloba um número de autores extenso demais para ser abordada aqui, recomendo dois artigos de Miles Taylor importantes para compreender os rumos da história social britânica no final do século XX. TAYLOR, Miles. As guinadas linguísticas na história social britânica. **História Social**, n. 4/5, p. 77-90, 1997/1998. TAYLOR, Miles. The Beginnings of Modern British Social History? **History Workshop**

uma proximidade muito maior entre a cultura popular e de classe média, dado que ambas compartilhavam influências comuns e não teriam se constituído como dois campos em oposição dialética. Essas análises refletiram a tendência, observada na historiografia do final do século XX, de relativizar ou descartar a questão classista da análise social, associando-a a um suposto determinismo econômico. Devemos reconhecer as ambivalências que perpassam os discursos e as identidades sociais do período, mas sem com isso fechar os olhos para o fato de que, entre os reformadores liberais, a missão de moralizar a classe trabalhadora estava umbilicalmente ligada a uma concepção específica do mundo do trabalho, a qual repetidamente deparou-se com resistência popular.

Enquanto assalariado, o trabalhador não estava sujeito somente ao efeito disciplinador inerente a essa condição, mas também poderia desfrutar de outros benefícios, oferecidos pela proximidade com a figura do patrão. Em diversos inquéritos, as comissões enaltecem laços afetuosos que surgem entre o empregador e seus funcionários. A maneira como se descreve essa interação era condizente com uma etapa do capitalismo industrial no qual, devido à escala ainda relativamente pequena dos empreendimentos, mesmo dentro do sistema fabril, permanecia usual que funções de gestão mais cotidianas fossem tocadas pelo proprietário. São citados exemplos de industrialistas que conheciam pelo nome todos os seus operários, mantendo um olhar atento sobre sua higiene e se assegurando de que levavam uma vida respeitável.⁴¹ Também há espaço para exaltar a prática de se erguer moradias, casas de banho, escolas, espaços de lazer e outras instalações para a força de trabalho. Da mesma forma, mencionam-se casos de proprietários de terra e imóveis que oferecem incentivos semelhantes aos seus inquilinos, esperando com isso motivar o espírito de autocuidado.⁴²

A idealização do elo entre as duas pontas da relação entre capital e trabalho ajuda a entender por que, para os comissários, a presença de intermediários entre ambos era vista com desconfiança. Thomas Tancred, que atuou em múltiplas comissões reais na década de 1840, foi incumbido, em 1842, de investigar denúncias de más condições de serviço na mineração em condados no oeste das *Midlands*. Seu parecer, entregue no ano seguinte, atribuiu grande parte do problema ao sistema, vigente em muitos túneis, no qual o proprietário do terreno onde estava a mina firmava acordo com um empreiteiro conhecido como *butty*. Este último ficava inteiramente responsável pela contratação e gestão da mão de obra para o trabalho de extração durante um período preestabelecido, recebendo do proprietário valor proporcional à quantidade de minério obtido. O comissário insiste no relatório para que esse tipo de terceirização seja proibido, retratando os *butties*

Journal, n. 43, p. 155-176, spring 1997.

41 GREAT BRITAIN. Midland Mining Commission. **Midland Mining Commission**. First Report. South Staffordshire. London: 1843, p. lxii-lxiv.

42 CHADWICK, Edwin. **Report to Her Majesty's Principal Secretary of State for the Home Department, from the Poor Law Commissioners, on an Inquiry into the Sanitary Condition of the Labouring Population of Great Britain**. London: 1842, p. 277-278.

como homens inescrupulosos, capazes de exercer todo tipo de ardil para roubar parte do pagamento de seus contratados.⁴³ Não demonstravam interesse no bem-estar e caráter dos mineradores, com os quais mantinham somente uma conexão temporária. Tancred compara as características do *butty* às de um supervisor regularmente empregado:

Parece realmente para mim pouco necessário apontar a distinção essencial entre o agente de um proprietário de mina, que recebe um salário fixo, e cujo único interesse é conduzir os desejos de seu empregador, e ver que ele não é enganado por seus homens, e um contratante ignorante e pobre, cujo montante da remuneração depende inteiramente dele extrair de cada homem sob sua supervisão a máxima quantidade de trabalho que ele pode alcançar, e de fazer cada dedução dos salários deste trabalho, por meios diretos ou indiretos, que a engenhosidade possa sugerir, e que seu poderes sobre seus homens permitam a ele praticar. [...] Um (o agente do proprietário) é influenciado pelos sentimentos mais liberais e gentis de um capitalista respeitável, de quem ele está certo de seu salário fixo; o outro pela incitação da ganância e avareza, estimulado pela perspectiva de riqueza relativa ao seu alcance por um lado, e prejuízo e desastre pelo outro.⁴⁴

Aversão semelhante aos intermediários é constatada em uma segunda comissão real nomeada para tratar do estado dos tecelões, dessa vez concentrada no segmento da confecção de meias de malha. Atuando entre 1844 e 1845, a comissão foi formada apenas pelo comissário Richard Muggeridge, que também teve a carreira pública marcada pela passagem nesses órgãos. Muggeridge lamentou ter se deparado constantemente com um terceiro ator, denominado *middle-man*, que se mostrava propício a aplicar esquemas para descontar arbitrariamente os salários dos trabalhadores. O *middle-man* era alguém que alugava os teares de um manufaturador com o objetivo de agrupá-los em uma oficina menor, onde podia sublocá-los para os tecelões. Na opinião do comissário, era sempre mais desejável ver os trabalhadores diretamente contratados pelos patrões.⁴⁵

Esses casos são um lembrete de que o reformismo trazia em si os anseios de uma classe média ascendente, apreensiva perante uma sociedade que parecia dividida por conflitos internos e a desmoralização da massa trabalhadora. O desejo de ver conciliadas as classes que estavam se antagonizando era uma manifestação desse sentimento. Esvaziar a hostilidade dos trabalhadores contra os capitalistas e a nova realidade de trabalho trazida pela Revolução Industrial era uma demanda essencial nesse sentido, sem a qual a perspectiva de progresso econômico e civilizacional estaria comprometida, impedindo a narrativa de um liberalismo triunfante tal qual se pretendia escrever.

A perspectiva de uma ordem de *laissez-faire* determinada a partir de lógicas econômicas impessoais não excluía uma dimensão de afeto e pessoalidade conectando o trabalhador às classes proprietárias. Na economia política do reformismo, havia

43 GREAT BRITAIN. Midland Mining Commission. **Midland Mining Commission**. First Report. South Staffordshire. London: 1843, p. xiv-xvi.

44 Idem, p. lxvii-lxviii, tradução livre.

45 GREAT BRITAIN. Frame-Work Knitters Commission. **Report of the Commissioner Appointed to Inquire into the Condition of the Frame-Work Knitters**. With appendices. London: 1845, p. 57-59 e 72-75.

espaço para que os ricos continuassem a exercer suas paixões paternalistas, desde que não se colocassem em oposição a uma dinâmica social mais mecanizada, regida pela racionalidade do mercado e com a mediação de aparatos mais padronizados e institucionalizados por parte do governo. A estrutura social desenhada pelos reformadores empurraria, pela pressão da escassez, o trabalhador independente no caminho da autoajuda, mas os ricos poderiam estender uma mão orientadora para ajudá-los a seguir no percurso. O relato de uma autoridade paroquiana de Bedford, enumerando os benefícios oriundos do costume de alguns empregadores de construir casas confortáveis para os empregados, retrata essa concepção:

O homem vê sua esposa e família mais confortáveis do que antes; ele possui um *cottage*⁴⁶ e jardim melhores; ele é estimulado para a industriabilidade, e conforme ele ascende em respeitabilidade se torna consciente de que tem um caráter a perder. Assim um objetivo importante é alcançado. Tendo adquirido certos benefícios, ele anseia por retê-los e melhorá-los; ele se esforça mais para manter sua independência, e se torna um membro de sociedades de ajuda, médicas e de roupas; e frequentemente, além disso, deposita uma certa soma, trimestral ou semestralmente, no banco de poupança. Quase sempre concomitante a essas vantagens, nós encontramos o homem enviando seu filho para ser regularmente instruído em uma escola dominical, e, onde possível, em uma escola diária, e ele mesmo e sua família mais constantes em algum local de culto no Dia do Senhor.⁴⁷

Uma contradição inerente ao discurso do trabalhador independente enquanto fruto do caráter individual estava no fato de que os inquéritos sociais precisavam considerar fatores externos ao indivíduo, uma admissão de que o meio exerce influência sobre o sujeito. Essa ambivalência mostrou-se particularmente salientada nas investigações sanitárias que mobilizaram comissários reais na década de 1840, que colocaram em evidência o quanto a formação da classe trabalhadora estava sujeita a questões ambientais. O esforço de equalizar essa abordagem com a leitura moral da pobreza nos oferece maior compreensão sobre o modo como o reformismo situava o trabalhador independente dentro de uma leitura mais ampla das interações sociais, bem como do papel do Estado enquanto árbitro dessas relações.

O sanitarismo e a questão socioambiental na formação do trabalhador independente

DÉCADAS DE URBANIZAÇÃO acelerada trouxeram consigo males sanitários que se tornaram um tema urgente para a opinião pública na parte final da Revolução Industrial, especialmente após a epidemia de cólera de 1831 e 1832. Em um primeiro momento, a reação do poder

46 Casa onde vive o trabalhador rural. Historicamente, o *cottage* foi incorporado à lei estatutária e ao costume como uma unidade de grande importância na determinação de uma série de questões como, por exemplo, o acesso às terras e recursos comunais.

47 CHADWICK, Edwin. **Report to Her Majesty's Principal Secretary of State for the Home Department, from the Poor Law Commissioners, on an Inquiry into the Sanitary Condition of the Labouring Population of Great Britain**. London: 1842, p. 262, tradução livre.

público à crise sanitária mostrou-se tímida e muito concentrada em respostas locais, sem que um plano nacional fosse estabelecido. Com a passagem para a década de 1840, entretanto, o problema passou a ser objeto frequente de investigações ordenadas pelo governo central, com destaque para a ação de comissões reais. Chadwick, que se sentia desprestigiado por não ter sido alçado ao topo da hierarquia da gestão da Lei dos Pobres reformada após 1834, deslocou seu foco para a pauta sanitária, onde se tornou a grande referência reformista até meados da década de 1850. Seu reconhecimento como uma autoridade no campo foi catapultado com a publicação do inquérito de sua autoria sobre o estado de saúde pública nas cidades da Grã-Bretanha em 1842.⁴⁸ A repercussão imediata do documento levou à nomeação de duas comissões reais voltadas para a questão sanitária: a primeira, nomeada logo em 1843, dedicou-se às cidades provincianas,⁴⁹ enquanto a segunda, formada em 1847, abarcou a metrópole londrina.⁵⁰

Tomando os relatórios das comissões sanitárias em conjunto, é nítido que a condição fisiológica da população era tida como elemento indissociável de seus aspectos morais e intelectuais. Essa leitura não era uma exclusividade dos comissários, como é atestado pelos numerosos relatos da época que faziam referência à “condição física e moral” das classes trabalhadoras como tópicos correlatos. Assim sendo, havia um entrelaçamento mútuo entre a saúde do trabalhador e as virtudes que compunham o ideal de independência nutrido pelos reformadores. Onde se deteriorava o estado sanitário, havia a certeza de que a imoralidade estava em expansão. Quando perguntado pela comissão real de inquérito sobre a saúde das cidades, se a ausência de higiene contribuía para elevar o pauperismo, Thomas Southwood Smith, médico e comissário real, respondeu que:

Sim; e o conseqüente fardo sobre indivíduos privados e instituições públicas é a menor parte desse mal. O grande mal desse estado de coisas é a tendência a quebrar o espírito de independência, e a reduzir amplas classes do povo à degradação e perversidade de dependerem para seu suporte da caridade, e não de sua própria indústria.⁵¹

Valendo-se da teoria miasmática, ardorosamente defendida por Chadwick e seu círculo, era possível evocar, de maneira extremamente sensorial, a associação entre o decaimento dos indicadores sanitários e os desequilíbrios sociais constatados. As vizinhanças que emanavam os supostos gases tóxicos, gerados pelo acúmulo de umidade e matéria orgânica putrefata,

48 Idem.

49 GREAT BRITAIN. Health of Towns Commission. **First report of the commissioners for inquiring into the state of large towns and populous districts**. 2 volumes. London: 1844. GREAT BRITAIN. Health of Towns Commission. **Second report of the commissioners for inquiring into the state of large towns and populous districts**. 2 volumes. London: 1845.

50 GREAT BRITAIN. Metropolitan Sanitary Commission. **First Report of the Commissioners appointed to inquire whether any and what special means may be requisite for the improvement of the health of the Metropolis**. London: 1848. GREAT BRITAIN. Metropolitan Sanitary Commission. **Second report of the commissioners appointed to inquire whether any and what special means may be requisite for the improvement of the health of the Metropolis**. London: 1848.

51 GREAT BRITAIN. Health of Towns Commission. **First report of the commissioners for inquiring into the state of large towns and populous districts**. 2 volumes. London: 1844, v. 1, p. 10, tradução livre.

eram as mesmas que produziam o crime, o alcoolismo, a subversão, a irreligião, o pauperismo e toda sorte de vício. As comissões reais traziam consigo uma leitura bastante espacial do sanitarismo, na qual se atribuía aos engenheiros e às obras de infraestrutura maior capacidade de elevar os padrões de saúde do que à comunidade médica. Esse entendimento especializado do tema, por si só, já indicava que uma leitura ambiental deveria ser considerada ao se pensar a formação do caráter do trabalhador.⁵²

Certa ambivalência discursiva transparece nos relatos dos comissários, nos quais a população pobre oscila entre os papéis de responsáveis e de vítimas no que tange à sua situação. Numerosas passagens retratam, em um tom que alterna entre o lúgubre e o pitoresco, os trabalhadores como figuras avessas aos cuidados higiênicos mais banais, optando por se entregarem à bebida e fomentando um círculo vicioso no seio familiar, no qual o comportamento desregrado dos pais gera filhos igualmente bestializados. Exemplos dessa desmoralização podiam ser constatados nos episódios tragicômicos nos quais os pobres utilizavam-se de suas doenças para tentar aplicar golpes em associações de ajuda mútua, que pagavam valores aos sócios em casos de adoecimento, óbito ou invalidez. As histórias incluíam pais que se recusavam a buscar atendimento para as crianças enfermas, na expectativa de embolsar o dinheiro que receberiam com sua morte, ou maridos que fingiam o próprio falecimento com a mesma finalidade.⁵³

Diversos outros relatos, contudo, dão conta de situar essa gente como os mais prejudicados por uma estrutura social que os desfavorece, na qual estão expostos ao desinteresse das autoridades públicas e à exploração da iniciativa privada. Empreiteiros inescrupulosos erguiam fileiras de moradias precárias apenas para lucrar com os aluguéis em alta nas cidades. Proprietários mesquinhos retinham a água da chuva para vendê-la aos inquilinos. Comerciantes se recusavam a apoiar as obras sanitárias com o medo de espantar a clientela.⁵⁴ Mesmo no momento do luto, os pobres estavam expostos aos abusos de um capitalismo desregulado, no qual agentes funerários inescrupulosos faziam todo o possível para encarecer os ritos fúnebres, realizados em cemitérios privados nos quais covas rasas eram abertas às pressas dentro do perímetro urbano.⁵⁵

Situar a desigualdade econômica na raiz do drama sanitário, uma constatação oriunda da evidente associação entre adoecimento e pobreza, não era algo ignorado no debate médico europeu. Chadwick não desconsiderava que seu objeto tinha fortes

52 KEARNS, Garry. Private Property and Public Health Reform in England, 1830-1870. *Soc. Sci. Med*, v. 26, n. 1, p. 187-199, 1988.

53 CHADWICK, Edwin. **Report on the sanitary condition of the labouring population of Great Britain - A supplementary report on the results of a special inquiry into the practice of interment in towns.** London: 1843, p. 65-67. GREAT BRITAIN. Health of Towns Commission. **First report of the commissioners for inquiring into the state of large towns and populous districts.** 2 volumes. London: 1844, v. 1, p. 188-189.

54 CHADWICK, Edwin. **Report to Her Majesty's Principal Secretary of State for the Home Department, from the Poor Law Commissioners, on an Inquiry into the Sanitary Condition of the Labouring Population of Great Britain.** London: 1842, p. 64-65.

55 CHADWICK, Edwin. **Report on the sanitary condition of the labouring population of Great Britain - A supplementary report on the results of a special inquiry into the practice of interment in towns.** London: 1843, p. 55-57.

aspectos socioambientais, mas sabia que uma abordagem centrada nessa dimensão do problema dificultaria sua ascensão na carreira pública e a capacidade de efetuar as reformas pretendidas. O discurso técnico voltado para as obras de infraestrutura como pivô da estratégia sanitária se mostrava mais fácil de manejar politicamente e institucionalmente.⁵⁶

Testemunhas ouvidas foram unânimes em apontar que o maior obstáculo ao projeto de reforma da infraestrutura sanitária, nos moldes desejados pelos comissários, era a resistência dos proprietários locais, que dispunham de meios para travancar a execução de obras que consideravam dispendiosas e disruptivas.⁵⁷ A ausência de colaboração das elites e autoridades nas localidades foi uma queixa constante por parte dos reformadores em seu empenho sanitário, um entrave que levantava questões sobre as atribuições do Estado no contexto de *laissez-faire*.

Cabe, neste momento, nos debruçarmos sobre a influência da filosofia utilitarista sobre a mentalidade reformista. Chadwick, inclusive, conseguiu espaço na carreira pública em função de sua proximidade com Jeremy Bentham, de quem foi secretário pessoal durante os últimos anos de vida do filósofo e jurista. Hilton destaca o entendimento contratual da sociedade como um legado decisivo do utilitarismo para moldar um novo entendimento dos assuntos públicos, adaptada a uma sociedade regida pela ética do liberalismo, mas que, simultaneamente, trazia novas demandas diante das quais a ação reguladora do Estado se fazia necessária.⁵⁸ Dentro dessa interpretação, admitia-se que os melhores resultados sociais eram obtidos quando os agentes eram deixados livres para seguirem atrás de seus próprios interesses, uma dinâmica autorregulada na qual os participantes interagem entre si através de acordos realizados por sua própria vontade. Cabe ao governo, nesse arranjo, o lugar de guardião da jurisprudência, a autoridade que zela pela correta execução dos contratos e que intervém onde esses não estão funcionando adequadamente.

Se os indivíduos, no exercício de suas liberdades, estavam permitindo que as comunidades afundassem em um estado sanitário degradante, fazia-se urgente que um terceiro agente, na forma do poder público, restabelecesse o equilíbrio perdido. Os interesses particulares estavam livres de intervenção, desde que não interferissem sobre a liberdade alheia. Ao criarem um ambiente que inviabilizava para os demais procurarem sua própria felicidade, os atores privados ofereciam a justificativa para que as forças reguladoras do governo entrassem em ação. Para que os critérios da moralidade e do livre-mercado pudessem servir como o justo parâmetro para definir o caráter e, conseqüentemente, o

56 MANTOVANI, Rafael; MARQUES, Maria Cristina da Costa. Higiene como prática individual e como instrumento de Estado. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, p. 337-354, abr.-jun. 2020. p. 350-351.

57 CHADWICK, Edwin. **Report to Her Majesty's Principal Secretary of State for the Home Department, from the Poor Law Commissioners, on an Inquiry into the Sanitary Condition of the Labouring Population of Great Britain**. London: 1842, p. 322.

58 HILTON, Boyd. **A Mad, Bad and Dangerous People? England 1783-1846**. New York: Clarendon University, 2006. p. 313.

destino dos indivíduos, era preciso, primeiramente, que o espaço em questão assegurasse condições mínimas para que as qualidades desejadas pudessem emergir.

Gareth Stedman Jones considerou que a “desmoralização” foi a linguagem que dominou o debate social britânico no século XIX até a década de 1870, quando perdeu essa posição para a retórica da “degeneração”. Enquanto a primeira era pautada pela noção de que a miséria e problemas a ela associados eram, essencialmente, oriundos de escolhas pessoais, a última se orientava pelo entendimento de que a degradação material e moral de homens e mulheres era determinada majoritariamente por fatores socioambientais.⁵⁹ Essas duas concepções são úteis para nossa compreensão da experiência reformista da Grã-Bretanha em uma longa duração, mas a periodização traçada pelo autor não deve vender nossos olhos para a presença da questão ambiental já em meados do século. Desde a década de 1850, entidades de combate ao alcoolismo alteravam seu discurso para dar maior foco ao meio em relação ao indivíduo.⁶⁰ Antes disso, como demonstrado pelos comissários reais, esse tipo de preocupação se fazia sentir dentro do sanitarismo, ainda que dividindo espaço com o viés moralista.

Estigmatizar o pauperismo ao compará-lo a uma patologia social não foi uma invenção do século XIX. A mesma alegoria já havia sido evocada, por exemplo, por Daniel Defoe, autor de *Robinson Crusoe*, em panfleto endereçado ao Parlamento em 1704, no qual atacava a noção de que cabia às autoridades paroquianas proverem emprego aos pobres desempregados. Defendia que apenas os inválidos deveriam receber alguma assistência, dado que o amparo concedido aos sadios iria conduzi-los à imoralidade. A riqueza manufatureira da Inglaterra, por si, bastava para absorver a força de trabalho que, perversamente, estava se aproveitando da generosidade equivocada do poder público.⁶¹ Embora esse argumento apresente impressionante semelhança à opinião dos comissários reais, estes últimos não podiam ignorar a existência de camadas mais complexas constituindo o problema da pobreza. Se a miséria era um mal associado ao caráter do indivíduo, essa disposição moral não era inteiramente autodeterminada, conforme o sanitarismo trazia a consciência de que não se fazia possível analisar os sujeitos separando-os de seu meio. Apesar de terem encaminhado com sucesso a aprovação da Nova Lei dos Pobres, os reformadores não tardaram a reconhecer que, sem incorporar uma perspectiva socioambiental, não poderiam prosseguir com seu objetivo de “erradicar os germes do pauperismo da geração em ascensão”.⁶²

59 JONES, Gareth Stedman. **Outcast London: A Study in the Relationship Between Classes in Victorian Society.** London, New York: Verso, 2013. p. 503-505.

60 HILTON, Boyd. **A Mad, Bad and Dangerous People?** England 1783-1846. New York: Clarendon University Press, 2006. p. 313.

61 DEFOE, Daniel. **Giving Alms, no Charity,** and Employing the Poor a Grievance to the Nation, Being an Essay upon this Great Question. London: 1704.

62 KAY, James. **The training of pauper children.** A report published by the poor law commissioners in their fourth annual report. London: 1839, p. 3-4, tradução livre.

Considerações finais

AS COMISSÕES REAIS de inquérito das décadas de 1830 e 1840 abraçaram uma multiplicidade de questões sociais. Cada um desses tópicos colocava diante dos comissários situações específicas, de sorte que é possível enquadrar, dentro do espectro reformista, estratégias diversificadas que refletem essa variedade de objetos e as nuances particulares dos mesmos. Reconhecer esse fato não é uma ação incompatível com constatar denominadores comuns entre essas iniciativas. Em sua faceta oficial, que teve nas comissões uma de suas ferramentas mais importantes, o reformismo esteve condicionado pela perspectiva de tornar a sociedade britânica mais adaptada ao cenário de liberalismo econômico e industrialização. As contradições entranhadas nesse processo não devem ser tomadas como um impeditivo para que se faça tal afirmação. Ao contrário, elas são a consequência de se reconhecer a devida historicidade do ato de fazer reforma, tomando-o como um processo multifacetado cuja razão não se revela necessariamente pela intencionalidade declarada dos sujeitos, mas por sua inserção numa continuidade que permite situá-lo como etapa importante para o estabelecimento de novos paradigmas socioeconômicos.

O arquétipo do trabalhador independente, cujos traços podem ser identificados a partir das projeções feitas em várias comissões, reunia as expectativas do reformismo liberal para a formação de uma classe trabalhadora condizente com o ideal de sociedade que estavam delineando. Suas virtudes ostentavam tanto uma moral impregnada de tons religiosos, revestida com as cores do evangelismo, quanto a ética da economia política. As dimensões espirituais e materiais de sua salvação estavam entrelaçadas, e seriam obtidas por uma trilha comum, pavimentada pelo trabalho obstinado e a aceitação de uma realidade estruturada sobre a lógica do livre-mercado.

A organização de um modelo social capaz de promover o liberalismo industrial e, simultaneamente, fomentar o surgimento do trabalhador independente, exigia um arcabouço institucional suficientemente atuante para impedir que os desdobramentos mais nefastos do capitalismo autorregulado não viessem a sufocar, de modo paradoxal, o cultivo de uma classe trabalhadora adequada para sustentá-lo. Maior regulação, institucionalização e esforços de centralização administrativa por parte do poder público não se contrapunham à ideologia do *laissez-faire*. Davam-se no sentido de torná-la viável enquanto prática social hegemônica, adequando-a para que se mostrasse mais condizente com a narrativa positiva disseminada pelos reformadores liberais.

A relação entre governo e sociedade pensada dessa maneira não excluía as brechas para algumas manifestações de paternalismo. Pela dureza da Nova Lei dos Pobres e a recusa das autoridades em intervirem sobre os salários, os trabalhadores seriam impelidos por dinâmicas impessoais para a própria independência, a qual só poderia ser atingida por meio do trabalho assalariado, nas circunstâncias ditadas pelo mercado. Uma vez dentro

desse vínculo, contudo, expressões afetivas iriam reforçar o laço de natureza econômica estabelecido com o empregador. Os proprietários também poderiam imprimir suas próprias feições à malha institucional projetada pelos comissários reais, dado que, pelos critérios de eleição para conselhos locais, permaneciam controlando, nas localidades, assuntos como o pauperismo e a aplicação de medidas sanitárias, ainda que fosse esperado que o fizessem considerando diretrizes elaboradas por órgãos nacionais. O exercício da caridade privada, que poderia se dar por diferentes canais, incluindo o financiamento de escolas, institutos mecânicos, dispensários médicos, hospitais e outras instituições, continuava bem-vindo. Havia a consciência de que as reformas não seriam concretizadas sem o engajamento da classe proprietária, sem o qual não seria obtido capital político e nem financeiro para os projetos em pauta, bancados por meio de impostos arrecadados localmente. Sabia-se, também, que o Estado estava aquém de oferecer sozinho todos os serviços necessários para atingir os objetivos esperados.

Raymond Williams, ao discutir o pensamento de Antonio Gramsci, ressaltou que as hegemonias não se constituem enquanto simples “véu ideológico” que, uma vez descortinado, desaparece no ar. Para além de formações discursivas, as mesmas se constituem enquanto práticas internalizadas no cotidiano, a partir das quais criam-se raízes profundas na sociedade.⁶³ Os reformadores alocados nas comissões reais de inquérito não encontrariam, nas filosofias da economia política, do utilitarismo ou do evangelismo, fórmulas prontas para serem aplicadas na realização de reformas que contemplassem suas expectativas. A ideologia não se converte em prática social por processos lineares, mas por vias perpassadas de constante adaptação, ressignificação e contradições diante daquilo se apresenta como realidade. Por esse caminho sinuoso, o reformismo vislumbrava dar resposta a uma série de males, de modo a assegurar, como resultado final, que a reprodução do capitalismo industrializado e de *laissez-faire* não produzisse tantas tensões internamente. Os paradigmas dessa ordem seriam internalizados pelos indivíduos conforme estes experimentassem continuamente em suas vivências as pressões de uma economia de livre-mercado, assimilando que não poderiam contar com o governo para protegê-los dessa dinâmica. As massas de pobres desmoralizados dariam lugar, assim, a novas gerações de trabalhadores independentes, homens e mulheres fisicamente e moralmente sadios, adeptos da autoajuda e dispostos a abraçar a mão estendida pelo capital como forma de elevarem sua própria condição:

[...] Se nós vamos melhorar realmente a condição das classes mais baixas – se nós iremos dar a eles hábitos melhores, assim como fazer deles melhores trabalhadores – nós devemos nos esforçar para fazê-los familiarizados com os princípios que devem determinar sua condição na vida. O pobre deve ser ensinado que eles são em grande medida arquitetos de sua própria fortuna; que o que os outros podem fazer por eles é insignificante, comparado com

63 WILLIAMS, Raymond. Base e superestrutura na teoria da cultura marxista. In: Williams, Raymond. **Cultura e Materialismo**. São Paulo: Unesp, 2011. p. 53.

o que eles podem fazer por si mesmos; que eles são infinitamente mais interessados na preservação da tranquilidade pública do que qualquer outra classe da sociedade; as invenções e descobertas mecânicas são sempre supremamente vantajosas para eles; e que seus interesses reais podem apenas ser efetivamente promovidos ao demonstrarem grande prudência e previdência.⁶⁴

Recebido: 02/10/2023

Aprovado: 24/04/2024

⁶⁴ KAY, James. **The moral and physical condition of the working classes employed in the cotton manufacture in Manchester**. London, 1832, p. 61-62, tradução livre. O parágrafo é uma citação feita por Kay de um autor referido apenas como Mc Culloch. Não fui capaz de encontrar o escrito original. A citação feita por Kay é: McCulloch “On the Rise, Progress, and Present State of British Cotton Manufacture”, *Edinburgh Review*, n. xci.